



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 320 - DE 06 A 19 DE JUNHO DE 2006 - R\$ 1,50

Combater as pressões que buscam arrastar as massas para a disputa interburguesa nas eleições

Frente de esquerda: o PSOL submeteu o PSTU a apoiar Heloisa Helena e Cesar Benjamin

**Operários da Volks:
Ou se arma uma forte greve contra as demissões ou elas virão**



Congresso Nacional da CUT: a burocracia impõe o apoio à reeleição do PT/Lula



Bolívia: a meia nacionalização de Evo é meio para se tornar sócio das multinacionais. Pela desapropriação total sem indenização!

ALBA: expressão de choques do nacionalismo burguês com o imperialismo

Retomada dos movimentos grevistas: unificar para derrotar os capitalistas e seus governos

Nas últimas semanas, metalúrgicos e funcionários públicos federais e estaduais mobilizaram em defesa do emprego, salário e condições de trabalho, utilizando o método de luta capaz de garantir vitórias ao movimento: a greve. Com isso, demonstraram que, na atual conjuntura, são as reivindicações elementares, como emprego e salário, que conduzem os trabalhadores à luta.

Metalúrgicos: a defesa do emprego

Em 05 de maio, a Volkswagen anunciou um programa de reestruturação da produção em todo o mundo, cuja tônica é a demissão em massa. No Brasil, a empresa, que emprega 22 mil operários, pretende colocar na rua 5.773 até 2008. Haveria demissões em três das cinco unidades do país: São Bernardo do Campo (3.672), Taubaté (681) e São José dos Pinhais (1.420). Em SBC (onde há mais de 12 mil trabalhadores), as demissões começariam a partir de novembro.

A multinacional alemã alega que a desvalorização do dólar frente ao Real está levando à perda de lucros com as exportações (poderão ser reduzidas em 40% este ano). Mas o próprio presidente da empresa no Brasil afirmou que: "A capacidade do Brasil precisa ser ajustada". Ou seja, a VW faria a reestruturação com ou sem "problemas" em relação ao câmbio, quer produzir com o menor custo possível, quer garantir seus lucros por meio da superexploração dos operários. Tanto que o corte será mundial.

De acordo com a direção pelega do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a empresa quer investir na terceirização; confiscar o salário dos trabalhadores, aumentando a contribuição deles ao plano de saúde em 200% e pagando 35% menos de salário aos novos contratados. Essa é razão das demissões: a VW quer arrochar ainda mais os salários, pagando menos aos novos operários.

Os metalúrgicos da VW perceberam que os capitalistas só visam a lucros maiores e que isso necessariamente implica atacar os trabalhadores, que produzem as riquezas. Por isso, saíram às ruas como forma de barrar as demissões. Em 31/05, operários da empresa realizaram protestos, com passeatas e greves nas fábricas de São Bernardo do Campo, Taubaté e São José dos Pinhais.

A luta dos trabalhadores levou a VW a chamar negociação com os sindicatos. E afirmar que "insistirá na realização da reunião o mais rápido possível". Para quem diz que as vendas estão reduzidas (sobretudo no mercado externo), a VW está muito preocupada com a paralisação de só um dia na produção.

A diminuição na exportação é também o argumento usado pela General Motors para demitir 960 metalúrgicos da unidade

de São José dos Campos até o final de julho. A empresa também anunciou um plano de reestruturação, o qual implicará desempregar em São José para contratar em Gravataí (Rio Grande do Sul) 970 funcionários e, em São Caetano do Sul, 1.270. Sob o discurso de "reforçar a competitividade", quer mesmo é pagar menos. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, no estado de São Paulo, a média salarial é de R\$ 2.500,00 e, no Rio Grande do Sul, é de R\$ 900,00.

Visando a acelerar esse processo de demissões, a GM anuncia a abertura do Plano de Demissão Voluntária (PDV). Os trabalhadores que aderirem ao programa receberão de 3 a 4 salários e terão convênio médico por 6 meses.

Diante da dureza do patrão, cerca de 2 mil metalúrgicos de São José também tomaram as ruas no dia 31/05 e, em assembleia, decidiram rejeitar o PDV da empresa e intensificar as mobilizações.

Servidores federais: a defesa do salário

Os servidores da Justiça Federal e do Trabalho iniciaram uma greve em 03/05. A reivindicação básica é a aprovação da revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS), que poderá elevar em 30%, em média, o salário, além de equiparação da jornada de trabalho (de 6 horas) com a dos servidores do Supremo Tribunal de Justiça. Para a revisão no PCS 3, que se encontra na Câmara dos Deputados, o governo federal teria de liberar recursos financeiros.

O governo Lula/PT agiu como os patrões: por volta do dia 20 de maio, alegou que só negociaria sobre o PCS se a greve fosse encerrada e os servidores voltassem ao trabalho. No estado de São Paulo, os 5,5 mil servidores que conseguiram paralisar a Justiça do Trabalho, na assembleia de 24/05, decidiram manter a greve até o final de maio.

Os servidores do INSS realizaram greve de 3 dias (de 30/05 até 01/06) como forma de pressionar o governo federal a cumprir o acordo firmado na greve do ano passado (que durou 72 dias). Ou seja, aumento entre 4% e 8% retroativo a fevereiro e de 3,2% a partir de março, como parte dos 47,11% do reajuste conquistado, a ser pago em 5 anos. Faz parte das reivindicações o envio do projeto que cria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e melhores condições de trabalho.

O governo Lula se contradiz. Não tomou providência quanto ao reajuste salarial, que deveria ser concedido por Medida Provisória, e o plano de carreira não foi aprovado. Mas alega que está "cumprindo rigorosamente o Termo de Compromisso firmado".

No primeiro dia de greve, 19 estados

aderiram ao movimento (Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Bahia, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Norte, São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Goiás, além do Distrito Federal). No Estado de São Paulo, o movimento ganhou força no segundo dia (31/05), onde, segundo o sindicato, chegou a um índice de 80% e, no Estado, de 50%.

Os funcionários do Banco Central entraram em greve no dia 16/05, iniciada em Brasília e que se estendeu às outras regiões. A reivindicação consistia no cumprimento do acordo salarial estabelecido em 2005, após a campanha salarial da categoria, através de Medida Provisória para conceder o reajuste de 10%, que deveria ser pago em janeiro e junho.

Em 24/05, os trabalhadores fizeram uma manifestação em Brasília com entrega de carta à Lula para que o reajuste seja implementado. Em 30/05, o governo "cedeu" e publicou MP concedendo o reajuste.

Servidores públicos estaduais enfrentam o governo Lembo

Os agentes penitenciários do Estado de São Paulo entraram em greve a partir de 25/05, embora já no dia anterior tivessem paralisados parcialmente a penitenciária de Martinópolis e os Centros de Detenção Provisória de Ribeirão Preto e de Belém 1 e 2 em São Paulo. No dia 25, a paralisação atingiu 49 presídios. As reivindicações incluíam salário adicional de R\$ 400,00 (Adicional Operacional Penitenciário) e melhores condições de trabalho. Entre essas condições, os trabalhadores das penitenciárias, na incompreensão do fenômeno do crime organizado - como algo próprio do modo de produção capitalista em crise -, chegaram a defender medidas de punição aos líderes de rebeliões presos, porte de arma etc. Mas também defenderam a contratação de funcionários, considerando que há defasagem de 31 mil agentes. Assim, levantam a bandeira de empregos e denunciaram o sucateamento de serviços públicos.

Os trabalhadores da Saúde realizaram 2 dias de greve (30 e 31/05), pleiteando 30% de reajuste salarial; incorporação das gratificações e realização de concursos públicos. O governo jogou a negociação para a segunda quinzena de junho e ainda tentou punir os grevistas, descontando os dias parados e reduzindo o prêmio mensal (que constitui 40% da remuneração total). Além disso, a Secretaria Estadual da Saúde chegou a pedir apoio à Secretaria Estadual de Segurança Pública para reprimir os grevistas em caso de piquete em postos e hospitais. Mas a falta de mobilização não deu força ao movimento.

Os trabalhadores da Sabesp também iniciaram uma greve no dia 30/05, que deveria ser por tempo indeterminado, objetivando garantir um reajuste salarial de 4,6% com repasse de benefícios de cesta básica, vale-refeição, dentre outras; além da garantia de emprego para 98% dos funcionários, abono, PLR etc. A empresa, que ameaçou recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho, com cerca de 70% de adesão ao movimento dos trabalhadores, teve de ceder.

Outras greves poderão ocorrer. Os funcionários de universidades públicas programaram paralisações. Os da USP decidiram, em assembleia realizada em 31/05, entrar em greve a partir do dia 08/06. Os da Unicamp também, mas ainda não marcaram a data. Na Unesp, os trabalhadores já estão em greve em algumas unidades. O Conselho de Reitores das Universidades Públicas manteve a vergonhosa proposta de 0,75%, enquanto os funcionários reivindicam 7%.

Sem-Terras também se mobilizam

Em 22/05, os trabalhadores sem-terra iniciaram a Jornada Nacional de Luta, com manifestações em diversos estados. A pauta de reivindicações inclui a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, o cumprimento das metas de reforma agrária, a publicação de um novo índice de produtividade para acelerar a desapropriação de terras e a concessão de mais crédito agrícola aos trabalhadores.

Somente nos dois primeiros dias de movimento, os sem-terras realizaram 12 ocupações, sendo 4 no primeiro dia (2 em Pernambuco, 1 no Ceará e 1 em Minas Gerais) e 8 no segundo (2 em Pernambuco, 3 em Sergipe, 2 no Rio Grande do Norte e 1 em Minas Gerais). Fizeram 8 manifestações, sendo 3 em 22/05 (agências bancárias em PE) e 5 em 23/05 (cidades do Rio Grande do Norte). Realizaram ainda 12 bloqueios de rodovias, sendo 6 no primeiro dia (5 em Pernambuco e 1 em Alagoas) e 6 em 23/05 (1 em Pernambuco, 1 no Rio Grande do Norte, 2 em Goiás e 2 no Rio Grande do Sul).

Não houve a unidade dos trabalhadores na retomada do movimento grevista

Funcionalismo público: direções pelegas não unificam o movimento grevista

No Estado de São Paulo, os metroviários, em assembleia de 29/05, decidiram não deflagrar a greve que deveria iniciar no dia 30. A direção sindical fechou um acordo com o governo abrindo mão da reivindicação da campanha salarial. Os 7.580 metroviários do Estado queriam 9,9% de reajuste, sendo 6,5% de produtividade. A direção burocrática aceitou 4,63% de reajuste, sendo 2,55% de re-

posição da inflação, ou seja, na prática aceitou 2% de aumento real. E ainda alegou que "A proposta foi excelente". Isso porque a empresa estendeu a gratificação após 5 anos de trabalho (de 5% de reajuste) para os trabalhadores que entraram na empresa de maio de 2001 a maio deste ano. "Esse benefício estava suspenso para esses trabalhadores".

Sindsaúde, dirigido pela corrente Articulação do PT, que afirmou que os trabalhadores queriam "uma proposta concreta do governo", acabou condenando o movimento ao determinar o tempo de duração da greve e não trabalhar pela unificação com os trabalhadores da Sabesp e do INSS do Estado. Embora a paralisação tenha começado no mesmo dia nessas 3 categorias, o movimento ocorreu isoladamente, com pautas distintas, assembleias separadas, sem nenhuma manifestação em comum.

Os burocratas temem as massas nas ruas sobretudo num contexto de eleições, já que são eleitores e querem reeleger Lula. Se for desencadeada uma mobilização que coloque em xeque o governo Alckmin / Lombo ela, necessariamente, implicará também num confronto com o governo Lula/PT. Muitas das medidas de ataque aos trabalhadores adotadas no estado de São Paulo estão em consonância com medidas federais. A reforma da Previdência é o melhor exemplo disso: foi o sinal verde de Lula que permitiu a Alckmin confiscar o salário dos servidores, taxando os aposentados e aumentando em 6% o desconto (totalizando 11%).

Por conta dos interesses eleitores, os trabalhadores das empresas públicas, de capital misto e do Estado, são impelidos a greves isoladas. Por outro lado, as reivindicações são rebaixadas ao nível "do possível", isto é, são defendidas migalhas de reajustes salariais e negociadas perdas de direitos e até de empregos em nome do "mau menor".

Metalúrgicos: direções pelegas não podem se confrontar com a burguesia

A situação atual de desemprego enfrentada pelos metalúrgicos da VW e da GM é fruto de negociações anteriores, onde foram negociadas as demissões, o arrocho salarial, o PLR (ao invés de aumento salarial real), dentre outras medidas malditas. A própria "estabilidade" dos trabalhadores resultou desse tipo de negociação, onde procura se estabelecer "compromissos dos patrões" diante da perda do emprego para uma parcela dos operários.

Recentemente, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, aliada à direção pró-burguesa da Força Sindical, procurou mascarar-se de combativa quando, na verdade, quer amortecer a luta de classes que, necessariamente, será gerada pela onda de demissões que as multinacionais VW e GM provocarão. A força dos metalúrgicos foi

mais uma vez comprovada.

Em reunião realizada em 12/05 entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (ligada à Força Sindical), a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (ligada à CUT) e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (também ligado à CUT), ficou definido que protestos teriam de acontecer. A burocracia dos metalúrgicos do ABC, entretanto, já anunciava os limites da luta: "São paralisações de advertência à empresa e, para mostrar à sociedade os prejuízos que serão causados com a perda desses empregos", afirmou Feijóo. Ou seja, não se trataria de uma greve unitária da VW ou dos metalúrgicos por tempo indeterminado, mas de paralisações por algumas horas ou 1 dia, alternadas nas unidades. O cúmulo ocorreu no dia 26/05, quando essas direções, em reunião com os diretores da VW, lhes entregaram um documento com aviso de greve, isto é, alertaram e / ou pediram a concessão dos patrões para mobilizarem os operários.

Assim, não houve a unificação do movimento grevista nem mesmo entre os trabalhadores da VW, a não ser no dia 31/05. E isso porque a empresa endureceu e era preciso uma resposta da burocracia. Tanto foi assim que as unidades Resende (Rio de Janeiro) e de São Carlos (interior de SP) nem participaram do protesto.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ligada a Conlutas, por sua vez, não deu mostras de combatividade como seria de se esperar de "uma nova direção dos trabalhadores". Em 16/05, foram realizadas duas assembleias na unidade, com paralisação de 1 hora e meia cada. Quando questionado sobre a greve, o secretário-geral do sindicato, Luiz Carlos Prates, o Mancha, respondeu: "Vai depender de como caminharão as negociações a GM". Quando do anúncio de PDV pela empresa, Mancha afirmou: "Somos contra o programa porque a montadora quer reduzir postos de trabalho que serão fechados mas completou que o PDV não teria aceitação porque "A GM já abriu outros programas no ano passado. Quem tinha que sair, já foi embora".

Na verdade, a única mobilização de peso na GM foi a realizada em 31/05. De um lado, esta foi importante, porque se deu no mesmo dia em que os operários da VW realizaram outras manifestações no país.

Preciso construir uma direção revolucionária no seio dos trabalhadores

O POR levanta a defesa do emprego e salário. Da mesma forma, vem defendendo que só o método da ação direta pode garantir a vitória aos movimentos.

A retomada dos movimentos grevistas mostra a disposição de luta dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, demonstra a necessidade de uma direção com um programa revolucionário para enfrentar os ataques dos patrões e do governo.

Combater as pressões sobre as massas que procuram arrastá-las para as eleições

As principais pesquisas eleitorais realizadas no último período dão ampla vantagem ao PT/Lula sobre seus adversários na disputa pela presidência. A reeleição de Lula pode se dar até mesmo em 1º turno, de acordo com o posicionamento do PMDB e as tendências atuais da situação política.

A oposição burguesa (PSDB/PFL) tem enfrentado uma crise após outra. O PFL, que estava dividido ao redor do apoio à candidatura Alckmin, se centralizou. Mas o próprio PSDB permanece dividido: o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, tem demonstrado insatisfação com os rumos da campanha de Alckmin e expressa todo um setor do partido. As chances de Alckmin dependem mais de arranjar alguma nova munição para atacar o governo Lula que de suas próprias forças.

É isso que se busca nas tentativas de instalação de novas CPIs. Mas o governo chantageia a oposição com a possibilidade de envolvimento de seus parlamentares nos esquemas de compra de ambulâncias pelos municípios, que envolvem a maioria dos parlamentares de todos os partidos.

Os recentes picos de instabilidade na economia mundial (queda do PIB e comércio mundiais, aumento das taxas de juros norte-americanas) não foram suficientes para afetar mais profundamente a política econômica do governo, graças ao nefasto superávit primário. As reclamações de empresários quanto às taxas de juros vão diminuindo à razão em que se vão reduzindo mês a mês. A gritaria dos agricultores quanto à alta do real frente ao dólar se concentra nos pequenos produtores.

As variantes eleitorais

As ilusões das massas no processo eleitoral são o principal trunfo que a burguesia tem nas mãos, ao lado do controle

das organizações de massa pela burocracia sindical corrupta. A grande maioria tende a ser arrastada para a disputa eleitoral, apoiando o governo burguês do PT/Lula, de aliança com frações burguesas (PTB, PL, PP etc.). De um lado, a maior parte do poder econômico se coloca pela reeleição de Lula (capital financeiro, latifúndio, agronegócio, indústria exportadora, comércio). De outro, a política assistencialista compra o apoio de dezenas de milhões de famílias que vivem na miséria e dão grande valor aos programas sociais do governo.

Os recentes congressos estaduais da CUT deliberaram todos pelo apoio à reeleição do PT/Lula. Assim, a maior parte dos sindicatos estará a serviço da candidatura burguesa majoritária. Atuarão para bloquear as mobilizações das massas pelas reivindicações e as arrastarão para a disputa interburguesa, onde estarão submetidas. A UNE, dirigida pelo PCdoB, é mais governista que o próprio PT, e utilizará sua influência política sobre a maioria estudantil para reforçar o governo que planejou o ProUni e a Reforma Universitária em seu conjunto. O MST, dirigido pelo próprio reformismo petista, apesar de acuado pelas pressões das bases pelo incremento das ocupações de terra e descontentes pela reforma agrária de Lula inferior à de FHC, engrossará a fila dos apoiadores da reeleição. A direita da burocracia sindical (Força Sindical) estará ao lado da oposição burguesa, com Alckmin e o PDT.

A esquerda que rompeu com o PT (PSol) e o PSTU não apresentam nenhuma possibilidade de intervenção independente nas eleições. O PSol procura reeditar a política petista anterior à vitória de 2002, um reformismo que tem como estratégia a chamada “democracia radical” e o socialismo burguês. Esteve de braços dados com a oposição burguesa no interior das CPIs, que são instrumentos de submissão das massas à

disputa interburguesa. Declara que busca uma aliança com partidos da esquerda burguesa (PSB, PDT). Enfim, procura ocupar no espectro eleitoral o vácuo deixado pelo reformismo petista, que se tornou pró-imperialista.

O PSTU, que rompeu com o governo que ajudou a eleger em 2002, deixou de lado a bandeira do “Fora Todos” e passou a buscar uma frente eleitoral com o PSol. Aceitou de antemão a cabeça de chapa de Heloisa Helena, senadora que se destacou justamente pelas CPIs manipuladas pelas frações burguesas. A candidatura necessariamente define a essência do programa, que só pode ser concretizado por ela. A candidatura de Heloisa Helena confere à sua frente um caráter reformista. A formulação do PSTU de debater programa com a candidatura já escolhida de antemão revela-se uma fraude, que muito mal encobre a necessidade do PSTU de buscar seu potencial eleitoral a qualquer custo. A exigência de que o vice fosse Zé Maria se esvaiu quando o PSol ignorou qualquer negociação e lançou seus candidatos aos governos dos estados, e, pouco depois, o próprio vice (César Benjamin). Lançou ao PSTU umas migalhas para que ele viesse a seu reboque, como as candidaturas ao senado de SP, MG e RJ e o governo de MG. Pouco adiantaram as pressões do PSTU, que realizou atos em SP, RJ e MG pela frente de esquerda com Zé Maria de vice. Evidenciou-se a falência da proposta de frente de esquerda, que se tornou frente de apoio ao neoreformismo (PSol).

A defesa das reivindicações das massas

A campanha do PSol e PSTU, que negam as alternativas Lula e Alckmin e consequentemente chamam o voto em Heloisa Helena, não constitui uma possibilidade de intervenção independente

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

das massas no processo eleitoral. As eleições são o campo de disputa próprio da burguesia. Os revolucionários atuam nele porque são obrigados, devido ao fato das massas terem suas ilusões democráticas. É uma fraude a formulação de combater a burguesia nas lutas e nas urnas, como se fossem complementares. O método de luta próprio das massas é a mobilização, a ação direta. É por ele que as massas podem lutar por suas reivindicações e avançarem rumo à revolução social. As eleições arrastam as massas para o sentido oposto, o do engano e da permanência da burguesia no poder. A possibilidade de intervenção independente das massas no processo eleitoral depende de sua organização e da atua-

ção do partido revolucionário.

Por isso o POR defendeu que se organizasse uma frente (não restrita a tais ou quais partidos) para atuar nas eleições de forma independente a partir da discussão de um programa e de candidaturas operárias que o expressassem a partir das plenárias de base, e não a partir do critério de potencial eleitoral. Criticou o PSTU pelo oportunismo seguidista à candidatura do PSol. Diante da definição das candidaturas e da impossibilidade de lançar candidaturas próprias, que expressassem o programa revolucionário, a denúncia das eleições e a defesa da luta em defesa das reivindicações, o POR terá de atuar pelo voto nulo programático. Ou seja, pelo voto

contra as candidaturas burguesas e reformistas, e pelo programa do partido revolucionário, em construção.

Na situação atual, de disputa interburguesa e ausência do partido revolucionário enraizado nas massas, a única forma de se opor conseqüentemente às candidaturas Lula e Alckmin é através da defesa da luta pelas reivindicações das massas, que se opõem a todas as frações da burguesia, empenhada em atacar as condições de vida dos assalariados e descarregar o peso da crise capitalista sobre eles. É defendendo as reivindicações com suas próprias mãos e seus próprios métodos que os explorados avançarão rumo à destruição da sociedade capitalista e construção do socialismo.

PSOL rumo às eleições

A 1ª Conferência do PSOL, realizada em 28 de maio, foi dedicada à discussão das eleições, aprovação da candidatura para presidência Heloisa Helena e para vice-presidente, César Benjamin. Fez parte do temário a constituição de uma frente eleitoral com o PSTU, que apresentou exigências ao PSOL. São elas: garantir a candidatura a governador em Minas Gerais e ao senado em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Estiveram contra a essas concessões os parlamentares ex-petistas Ivan Valente e João Alfredo. Votaram em oposição 44 delegados; a favor foram 110.

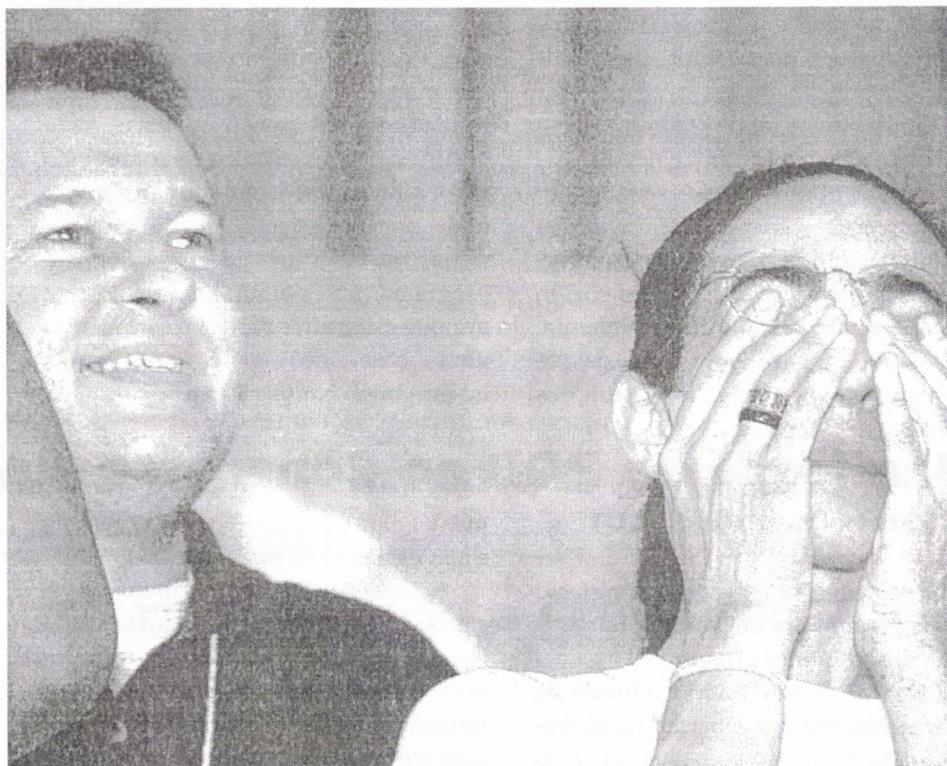
José Maria de Almeida, representante do PSTU, declarou à Folha de São Paulo: "O resultado da conferência foi um grande avanço para a aliança". Não houve referência a exigências programáticas.

Heloísa Helena elogiou a compreensão do PSTU, que exigia a vice-presidência e a distribuição em comum acordo de nomes para candidaturas a governador, senador e deputado. Assim, a 1ª Conferência do PSOL se limitou a definir nomes e a decidir em que condições se fará a aliança com o PSTU.

O que pretende o PSOL?

Alimenta-se ilusão na possibilidade do PSOL se potencializar como partido de esquerda eleitoral.

O filho pródigo do PT quer montar sua própria. Os criadores do PSOL dei-



O PSTU se incorporou à frente do PSOL submetido.

xaram o teto petista acreditando que todo problema da infidelidade paterna se deveu a um desvio de percurso do socialismo-democrático.

Todos apregoavam a via eleitoral para se alcançar o socialismo. Advogaram e advogam contra a revolução proletária. O novo partido nasceu com a velha visão do reformismo pequeno-burguês. Foi gestado e parido por um corpo apodrecido.

O PT apodreceu não por um desvio

de rota. Constituiu-se como partido da ordem capitalista. Quaisquer que sejam as inclinações do reformismo para a esquerda não modificam sua função de bloquear o desenvolvimento revolucionário das massas exploradas e de servir ao Estado capitalista.

Para se tornar um partido forte eleitoralmente, o PT se vendeu à burguesia e particularmente a determinados grupos econômicos. Usou de todo expediente para arrecadar fortunas – como fazem os

partidos capitalistas, sem exceção - com as quais arrastou e arrasta as massas por detrás do caudilho Lula.

Heloisa Helena foi eleita senadora nessas condições, bem como todos os demais parlamentares de esquerda que viram suas carreiras políticas se findarem caso continuassem em meio à podridão. Mas já estavam profundamente comprometidos com o PT e com o lulismo para fazerem uma sincera autocrítica e se colocarem programaticamente a favor da construção do partido revolucionário.

A euforia da Conferência em torno de Heloisa Helena, que conta nas pesquisas eleitoral com 7% das intenções de voto, revela o mesmo sentido do caudilhismo, mas em torno de um pequeno caudilho sem expressão social. O PSOL para crescer eleitoralmente depende de alianças com partidos da burguesia, nos quais encontrará dinheiro e portas abertas para obter contribuições.

A intenção inicial de Heloisa Helena era a de se aliar com o PDT. Chegou a externar uma opinião nesse sentido em uma convenção pedetista. Desta vez fracassou, mas onde houve intenção, permanece a tendência. O PSTU foi cozido em banho-maria até o último momento. Trata-se de um partido de esquerda que não tem voto e que está a procura dos

votos de Heloisa Helena. O eleitoralismo, como orientação política, poderá uni-los no final das contas. Não era o que o PSOL esperava. Mas foi o que lhe restou em sua estréia eleitoral.

As condições do PSTU ao PSOL. Que frente?

O PSTU fez intensa campanha por uma "Frente classista e socialista" dirigida ao PSOL. As condições: 1.a vice-presidência para o PSTU; 2. distribuição das demais candidaturas (governador, senador e deputado) de comum acordo; 3. um programa antiimperialista e anticapitalista; 4. uma plenária para constituir a frente.

Os dirigentes do PSOL viram com bons olhos o reconhecimento pelo PSTU de Heloisa Helena. Mas não aceitaram o vice para o PSTU, que o colocaria numa posição de certa importância na frente e que marcaria a candidatura de Heloisa Helena com tinturas esquerdistas, nada positivas para os cálculos eleitorais. Não estiveram de acordo em formalizar uma frente que desse poderes ao PSTU de designar ou vetar candidaturas. Sobre o programa, não deram a mínima, uma vez que estão atrás de votos e de formar uma base de apoio na pequena-burguesia conservadora.

E a plenária? Completamente sem sentido, tanto para o PSTU, que a usou como manobra, como para o PSOL.

Restaram então as condições mínimas do PSTU, levadas à Conferência e aceitas pelo PSOL. Esse resultado significou uma vitória da campanha do PSTU? Absolutamente, não. Não se constituiu uma frente. O PSOL apenas aceitou a adesão do PSTU.

A retirada da condição número 1 pelo PSTU demonstrou uma posição oportunista e aparelhista. O Editorial (desta vez mingüado e lacônico) do "Opinião Socialista" descreve esse aspecto: "Em relação às candidaturas, a Conferência do PSOL manteve a vice-presidência com César Benjamin, mas aceitou recuar na indicação de seus candidatos ao Senado no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e ao governo e Senado por Minas Gerais, que passariam a ser do PSTU". Reflete bem a jogatina em torno de cargos eleitorais.

Essa é a frente classista e socialista proposta pelo PSTU. Ao invés do PSTU arrastar o PSOL para a frente, ocorreu o contrário: o PSTU mendigou um acordo a ser aprovado na Conferência do PSOL. A Conferência aceitou um aliado subordinado a uma "frente" dirigida pelo PSOL.

Manifesto do POR ao Congresso Nacional da CUT

Tarefa imediata da CUT

O principal objetivo do Congresso tem de ser aprovar um plano de lutas em torno dos seguintes pontos:

1. Defesa de um salário mínimo de 2.500 Reais, única maneira para defender a vida da família trabalhadora; e rejeição do salário mínimo de 350 Reais, que perpetua a miséria das massas;

2. Defesa do emprego pleno por meio da escala móvel das horas de trabalho; somente a divisão das horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho poderá eliminar o desemprego, principal fonte de destruição físico, mental e moral do ser humano;

3. Defesa da incorporação de milhões de jovens na produção e na escola; a proteção da juventude contra a opressão capitalista exigindo trabalho e educação em todos os níveis e para todos é funda-

mental para preservar a vida da maioria e a integridade da força de trabalho;

4. Defesa do fim da discriminação racial e sexual, salário igual para trabalho igual, emprego e educação em todos os níveis a todos; rejeitar a demagogia da igualdade racial por meio de migalhas para alguns - como as cotas - pois a grande maioria operária e camponesa continuará a sofrer a discriminação racial;

5. Defesa das terras aos camponeses pobres com a bandeira de expropriação sem indenização de todo latifúndio, nacionalização das terras, controle camponês, proteção ao pequeno proprietário e coletivização da agroindústria, sob o controle operário; é preciso rejeitar a política de assentamentos que preserva os latifúndios, não resolve o problema dos sem-terra e mantém na miséria os assentados.

6. Defesa da economia contra o saque

imperialista, as dívidas interna e externa com os grandes banqueiros e aplicadores não devem mais ser pagas; expropriação imediata de todos especuladores sem indenização.

A burocracia dirigente da CUT petista propõe outro caminho: conformar-se com o salário mínimo de fome, negociar as demissões por meio da flexibilização capitalista do trabalho, apoiar a chamada política pública e as denominadas ações afirmativas do Estado, defender incentivos governamentais aos capitalistas, principalmente às multinacionais e apoiar a via do assistencialismo que ludibria as massas, como a Bolsa Família. Com esse "programa", a burocracia submete a CUT às decisões do parlamento controlado pelas quadrilhas burguesas e ao governo dos patrões. Assim, a direção sindical colaboracionista bloqueia a ação

direta dos explorados e a substitui pelo método eleitoral, de eleger governos e deputados.

Ao contrário, os seis pontos que apresentamos acima constituem um programa de reivindicações transitórias imediatas, que o Congresso da CUT deve discutir e aprovar. É com ele que a classe operária e os camponeses enfrentarão a exploração capitalista e avançarão para expropriar o conjunto da burguesia e para transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. Os trabalhadores se fortalecerão lutando coletivamente por um programa próprio, usando de sua força por meio da ação direta e organizando-se independentemente no seu terreno de classe.

Estratégia proletária – Governo operário e camponês

O Congresso está sendo realizado especialmente para apoiar a reeleição de Lula. A CUT assumiu plena e abertamente a estratégia política do PT de dirigir o Estado capitalista. No passado, as esquerdas defendiam que a CUT deveria se pronunciar pela candidatura do PT. O que era rejeitado pela Articulação, com o argumento de que a Central era autônoma e suprapartidária. Nas eleições passadas, rasgou-se o véu do cinismo e a Central foi colocada a serviço da estratégia do “governo democrático e popular”, que é o de Lula.

A experiência demonstrou que o “governo democrático e popular” não passa de um governo burguês. Poderia ser um governo burguês distinto do anterior – da aliança PSDB\PFL\PMDB –, mas não o foi. Lula deu seqüência à política econômica e financeira de FHC. Em sua essência: proteger os interesses do grande capital, especialmente dos credores internacionais.

As reformas seguiram a mesma batuta do neoliberalismo. A face capitalista do governo petista foi coberta pela máscara do assistencialismo - bem ampliado em relação ao do governo do PSDB - para manter as ilusões das massas nas instituições dos exploradores. Acreditava-se que o PT no poder enfrentaria as pressões e exigências dos monopólios, dos latifundiários e do capital financeiro – a esse governo se chamava democráti-

co e popular -, mas ocorreu o contrário.

Eis alguns pontos essenciais que marcam o governo petista:

1. Na sua relação com o movimento camponês, mostrou-se pró-latifundiário e protetor da agroindústria; manteve a diretriz de assentamento a conta-gota praticada por FHC, feitas com ricas indenizações; não combateu a violência reacionária dos latifundiários contra os sem-terra; manteve a legislação fundiária contrária aos camponeses.

2. Frente aos assalariados, reajustou o salário mínimo com míseros pontos percentuais acima da inflação; aprofundou a reforma antitrabalhadora da previdência; não mexeu na jornada de trabalho para reduzir o desemprego; não cumpriu a promessa dos 10 milhões de novos empregos e não protegeu a juventude que se desintegra nas favelas, cortiços e bairros operários; manteve o arrocho da maioria dos funcionários públicos e não atacou os privilégios dos juizes, parlamentares e militares.

3. Quanto à educação, a reforma é privatista, favorece a exploração empresarial do ensino; regulamenta o ensino a distância, que destrói a educação presencial; não atacou a exclusão da maioria jovem do ensino médio e universitário; montou a farsa da inclusão por meio das cotas e bolsas com renúncia fiscal, que reforça o sistema privado; substituiu o Fundef pelo Fundeb sem modificar os escassos recursos para a educação pública.

4. Os banqueiros internos tiveram lucros estratosféricos. Os credores externos receberam fortunas só em juros. A alta carga tributária recai sobre a população. As multinacionais têm o Brasil como paraíso de remessa de lucros, garantido pelo governo.

A crise política que abalou o governo não se deveu ao fato de Lula contrariar os interesses do grande capital. Ao contrário, o resultado positivo de sua política econômica favorável aos banqueiros e a aplicação das diretrizes internacionais ditadas pelas potências, combinadas com o assistencialismo aos famintos, impossibilitou que o PSDB\PFL derrubasse o governo, utilizando-se da cassação constitucional. O PT garantiu a governabilidade comprando aliados. Reproduziu assim a velha prática da oligarquia burguesa.

Essa tem sido a natureza patronal e a trajetória do governo do PT. A direção sindical petista e estalinista (PCdoB) subordinaram a CUT à estratégia burguesa de administrar o capitalismo. Trata-se de quebra da independência do movimento sindical perante o Estado e perante a política da classe exploradora.

Novamente, o Congresso da CUT é convocado para homologar a estratégia do PT.

É preciso combater a política de subordinação dos sindicatos ao governo e ao Estado, resistir ao poder econômico da burocracia, que esmaga a democracia operária, e enfrentar o aparelhismo autoritário, que serve de correia de transmissão dos interesses capitalistas para o interior do movimento dos explorados.

A estratégia programática da classe operária se contrapõe a qualquer tipo de governo burguês. Trata-se de lutar por um governo próprio dos explorados. Para pôr abaixo o poder da burguesia, a maioria oprimida terá de lutar por um governo operário e camponês. Esse objetivo depende da aplicação do programa que defenda radicalmente a vida das massas e que leve à aliança operária e camponesa.

Ao contrário de se aliar com os partidos da burguesia, como faz o PT e como segue a direção da CUT, a tarefa consiste em unificar os trabalhadores da cidade e do campo. É com essa aliança revolucionária que operários e camponeses enfrentarão de conjunto a classe capitalista, ganharão terreno na luta de classe e amadurecerão as condições para a revolução social.

Enquanto os trabalhadores estiverem iludidos nas eleições e nas promessas de um novo governo burguês, estarão à mercê da exploração impiedosa pela classe capitalista. Enquanto a CUT e sindicatos estiverem atrelados ao Estado e controlados pela burocracia vendida, os trabalhadores não terão como se defender dos salários de fome, do desemprego e das medidas capitalistas que sacrificam ainda mais suas vidas. É com a estratégia do governo operário e camponês, da ditadura do proletariado contra os exploradores, que o movimento operário caminhará com suas próprias pernas e lutará em defesa da sociedade sem classe- o comunismo.

Denúncias

Ministro do governo PT/Lula quer pôr fim aos direitos trabalhistas

Tarso Genro, que já foi Ministro da Educação e agora é o das Relações Institucionais, defende a extinção de conquistas sociais. Diz que é preciso “remover o conceito arcaico de direito adquirido”. Anunciou que é necessário uma Reforma de Estado, no próximo governo, para que haja redução das “despesas da União, com cortes de salários e aposentadorias”. E que essa é a saída para o crescimento do Brasil.

Colocou-se pela eliminação dos “privilégios” contidos na Constituição de 1988, que certamente são os poucos direitos que ainda permanecem na legislação. Foi mais longe: comparou o direito adquirido com o “direito de posse dos escravos pelos senhores”. E estabeleceu um sinal de igual entre os direitos dos trabalhadores e os privilégios de uma minoria.

Tarso Genro não faz senão reproduzir os interesses dos capitalistas e dos órgãos imperialistas, que exigem cortes drásticos de conquistas. Reduzir a responsabilidade do Estado com o pagamento de aposentadorias e pensões e manter os salários arrochados têm sido um dos pilares das reformas neoliberais. Completou seu raciocínio com a proposta de que a nova reforma só pode ser fruto de um “pacto político”, ou seja um acordo entre o capital e o trabalho. O êxito desse pacto dependeria de um “acordo entre todas as forças democráticas, incluído a direita”.

Veja a que ponto chegou o petista! Na época que foi Ministro da Educação, realizou a reforma privatista do ensino superior. No fim do governo Lula, já trabalha para pôr em pé um pacto em favor do avanço das reformas neoliberais.

O governo do PT/Lula deu seqüência à reforma da previdência, cortando direitos da maioria dos funcionários públicos e penalizando os aposentados com mais descontos. Manteve os privilégios da cúpula do judiciário, dos militares e dos parlamentares. Portanto, não mexeu com os privilégios dessa ultra-minoria, ao contrário, descarregou as reformas sobre os trabalhadores. O que Tarso pretende é a manutenção do compromisso assumido com FMI (Carta aos Brasileiros), que assegurou a governabilidade de Lula nesse primeiro mandato. A reeleição de Lula implica a renovação desse compromisso, que favoreceu os capitalistas e os banqueiros internacionais. Conseqüentemente, significa extirpar os poucos direitos que a maioria trabalhadora conseguiu às custas de muita luta.

Vem aí nova Reforma da Previdência

O Ministro, Nelson Machado, disse que o rombo da Previdência, só em 2005, foi de R\$37,6 bilhões. E que “seja qual for o novo governo, será necessário rediscutir o sistema previdenciário o ano que vem”. Entre as novas regras para a aposentadoria, destacou que é preciso “definir a idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada terem o direito à aposentadoria”. Concluiu assim: “o Estado, o empresariado, a escola investem em uma pessoa e quando ela está preparadíssima, com 50, 55 anos, põe o pijama”; mas essa pessoa vai “viver até os 90 anos”.

Com isso quis dizer que o Estado precisa criar outras regras para dificultar as aposentadorias. Ou seja, elevar o teto para o mais perto possível do tempo médio de vida de um trabalhador.

A maioria explorada, que é obrigada a trabalhar desde a tenra idade, não pode contar com a aposentadoria. Cada governo que assume o posto altera a Previdência, cortando direitos da maioria e mantendo as gordas aposentadorias de uma minoria de privilegiados. Foi assim com FHC, com Lula em 2003 e será assim com o novo governo. Sempre usam o mesmo argumento: a Previdência está quebrada. Mas quem quebra a Previdência? Só podem ser os governos e os capitalistas. São eles que têm a chave do cofre. A roubalheira e a sonegação constituem a espinha dorsal do Estado burguês. Todo partido que pretende administrar esse Estado só pode concluir em meio ao lamaçal de corrupção. O rombo da Previdência faz parte da política burguesa, que é usar o dinheiro público em favor dos interesses do capital.

Os governos, diante do déficit previdenciário, recorrem às medidas de cortes de direitos: aumentam a idade para as aposentadorias, criam a regra do fator previdenciário, determinam descontos para aqueles que já se aposentaram etc. Conclusão: descarregam o rombo nas costas da maioria assalariada.

O Ministro do governo Lula dá o recado: é preciso nova reforma da previdência.

Os trabalhadores devem responder:

- 1.fim da reforma da Previdência, que destrói direitos e impõe a privatização;
- 2.emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho para que todos tenham direito à aposentadoria;
- 3.nenhum desconto para a Previdência para os trabalhadores. Que os capitalistas, que lucram rios de dinheiro às custas do exploração do trabalho, arquem com as taxas previdenciárias;
- 4.salário mínimo vital como forma de combater a miséria de milhões de aposentados;
- 5.eliminação dos privilégios da ultra-minoria, que desfruta de ricas aposentadorias;
- 6.pôr um único sistema de previdência estatal, inteiramente sob o controle da maioria explorada.
- 7.que os sindicatos e Centrais parem de apoiar os governos pró-imperialistas e assumam a luta pelo fim de todas as reformas neoliberais.

Adquira com o distribuir deste jornal: Textos sobre a Tática - Marx, Lenin e Trotsky
Este material serviu de base para a Escola de Quadros realizada em nossas conferências regionais

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Por um movimento nacional amplo e forte pelo Passe Livre

As revoltas pela redução da tarifa e Passe Livre têm crescido e se expandido por todo o país. Com o avanço das lutas surge a necessidade de articular nacionalmente os movimentos locais, para ampliar as alianças com movimentos sociais e potencializar sua força no enfrentamento com o Estado.

Vimos recentemente duas “propostas” de articulação nacional. A UJS/PCdoB, no dia 22 de março, chamou manifestações em todo o país por Passe Livre. Porém, usa esta bandeira para arrastar os jovens para o campo eleitoral, dizendo claramente que pretendia filiar 50% dos participantes das passeatas, e apontando o parlamento como via de alcance das reivindicações.

Por outro lado, temos o MPL, Movimento Passe-Livre, surgido em 2005, a partir de lutas da juventude, principalmente em Florianópolis. Tendo realizado um primeiro encontro mais representativo, em Porto Alegre, o MPL burocratiza-se a cada dia, inclusive modifica resoluções passadas e fecha-se em dogmatismos. Composto predominantemente por setores supostamente “anarquistas” originados do reformismo e do estalinismo, o MPL tem uma coordenação informal que age como um “comitê central”, define que coletivos podem participar, a partir de uma “carta de adesão” que deve obrigatoriamente pactuar com os “princípios” de apartidarismo, horizontalidade e federativismo.

Mas o que são os princípios do MPL?

O “apartidarismo, mas, não anti-partidarismo” é uma farsa para garantir o

monopólio da influência política do reformismo. O PCdoB tem o mesmo discurso na UNE. A direção informal do MPL em sua grande maioria vem do PT e até do PCdoB ou grupos “anarquistas”. No II Encontro do MPL, ficou claro nas teses de São Paulo e Florianópolis a defesa do governo Lula, assim como a do apoio “ocasional” de setores “progressistas” e até “não progressistas” do parlamento. Assim, o “apartidarismo” do MPL é de fachada, serve para impedir a participação clara e democrática de correntes revolucionárias, mas não impede que o reformismo direcione a juventude para que orbite o parlamento burguês atrás de pequenas reformas na questão do transporte.

Defendemos as instâncias de decisão de base e o controle destas sobre os dirigentes – sobre a execução das deliberações. Defendemos as assembléias como espaço de decisão soberana e defendemos a autonomia dos comitês locais para decidir os seus encaminhamentos. Estas são as medidas contra os aparelhamentos. Não se defende o movimento contra o aparelhamento aparelhando. A “horizontalidade”, na boca do MPL, significa monopólio do aparelhamento pelo partido do MPL e a manutenção de uma direção informal que controla os participantes e modifica e filtra resoluções tiradas em assembléias e plenárias.

Quanto ao federativismo, há dois aspectos. Um é o respeito à autonomia dos comitês, com o qual concordamos plenamente, mas, que na prática já está comprometido de início

pela obrigatoriedade de acatar o “credo” do MPL, os tais três princípios. O segundo é mais complexo, pois, como todo movimento, se for mesmo expressão das lutas das massas, o seu processo de estruturação e o seu processo de unificação nacional significa unificação política: defender bandeiras e programa nacional. Esta e não outra é a finalidade de se fazer um congresso ou encontro. É para decidir ações e plataformas comuns. A idéia de federação – colocada aliás, demagogicamente para agradar um setor simpatizante do anarquismo – compromete a unificação, pois, a federação – se de fato acontecer – reforça a dispersão. Por outro lado a federação proposta pelos MPL’s é fajuta, pois na medida que obriga a concordar com princípios já começa unificando burocraticamente.

Assim, nos opomos a ter de acatar estes “princípios” para ser parte do MPL. O III Encontro do Movimento Passe Livre, a ser realizado em São Paulo, em julho, será um encontro fechado para o debate de idéias divergentes, sobretudo as revolucionárias.

Ao invés de se constituir como uma pequena seita de escolhidos, é necessário estruturar um movimento amplo e democrático que incorpore todos os setores que lutam pelo Passe Livre e se vinculam a outras reivindicações da juventude e das massas em geral. É este o caminho que tem sido trilhado pelo Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo, em Londrina e por outros comitês independentes no país.

Obras Completas de Guillermo Lora

As Obras Completas de Guillermo Lora registram autocríticamente todo o trabalho revolucionário do P.O.R. boliviano na interpretação e caracterização marxista da realidade boliviana, objetivando transformar o país desde suas raízes.

19 de abril de 1983

OCUPAÇÃO OPERÁRIA DA COMIBOL

A FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos) ocupou as instalações da COMIBOL (empresa estatal da minas) em La Paz no dia 19 de abril de 1983, às 17 horas. Cumpriu-se assim um ultimato dado aos técnicos da empresa em greve que já durava 15 dias. Foi designado um conselho de administração entre seus componentes (dirigentes da federação), encarregado de levar adiante as operações da empresa. Nas minas já haviam ocorrido atos da mesma natureza e todos os mineiros afirmaram que a produção havia melhorado sob a intervenção operária. Os dirigentes não conseguiam definir o passo dado, para uns era uma autogestão, para outros

Para conseguir este objetivo, é necessário penetrar no seio das massas e lutar a partir daí. Só assim se conseguirá destruir a grande propriedade privada burguesa e substituí-la pela social.

uma co-gestão paritária. Em 22 de abril, o presidente Siles Zuazo, em uma mensagem lida às 13 horas, repudiou a intervenção operária, exigiu sua suspensão e a discussão da co-gestão paritária, qualificou que o ato de autogestão era dirigido pela extrema-esquerda e pelo anarco-sindicalismo. O ampliado mineiro, reunido em La Paz nos dias 25 e 26 de abril, aprovou a ocupação da Comibol pela FSTMB e propôs uma co-gestão majoritária; também foi repudiado o ofensivo discurso de Siles.

(extraído do Massas boliviano 1989, de 21/04/06)

Congresso de estudantes da UNESP refletiu as pressões eleitorais

Nos últimos dias 27 e 28 de maio ocorreu o Congresso de Estudantes da Unesp, em Jaboticabal (SP).

O PSTU e o PSOL tentaram a todo custo adiar o congresso para o segundo semestre. O Conselho de Centros Acadêmicos, em março, rejeitou sua proposta. Nas últimas semanas tentaram fazer um boicote, realizando reuniões e propondo um novo Conselho. Chegando ao Congresso, procuraram inviabilizá-lo a partir da suposta falta de quórum. Nos grupos de discussão (GTs), fizeram campanha para a frente de esquerda (Heloísa Helena para presidente). Na plenária final, pressionaram pela sua ilegitimidade.

PT e PSTU criticaram bastante o PCdoB, mas ambos agiram de forma semelhante: PT defendendo o apoio ao governo e PSTU, percebendo não ter maioria, rachando a plenária.

A UJS (PCdoB) também agiu no boicote ao congresso. Fizeram sua reunião e ameaçaram quem participasse da plenária do Congresso.

Todos não trabalharam por uma ampla participação das bases. E pressionaram pelas suas políticas eleitoreiras, ora com apoio ao governo, ora com a Frente de Esquerda.

O POR atuou em defesa de que o Congresso se colocasse pela luta pelas reivindicações dos estudantes, unidade com os trabalhadores, combate ao governo do PT/Lula e suas medidas neoliberais, criticou o eleitoralismo e as políticas de conciliação com a burocracia universitária. Defendeu o emprego e estudo a toda a juventude e denunciou as perseguições políticas a estudantes.

Abaixo, trechos do boletim distribuído no Congresso:

Contra a privatização do ensino público e em defesa da educação Pública!

As políticas dos governos estadual e federal em relação às universidades públicas são a de sucateamento e privatização do ensino público.

No ano passado, as universidades estaduais (USP, UNESP E UNICAMP) se manifestaram e fizeram greves contra o veto de verbas para a educação do governo Alckmin/PSDB.

As universidades federais, em 2005, fizeram três meses em greve porque o governo do PT/Lula manteve a mesma verba para o ensino federal. O governo não atendeu as reivindicações dos professores, estudantes e não cumpriu o acordo de greve feito com os servidores federais.

As condições são precárias em novos cursos da Unesp, eles existem sem estrutu-

ra (faltam professores, laboratórios, livros nas bibliotecas etc.).

Falta também nas universidades públicas investimento voltado à pesquisa, por isso ela é limitada. Na maioria das vezes, são as empresas privadas que financiam a pesquisa. Assim, o estado se livra de mais uma responsabilidade: a de custear o desenvolvimento da pesquisa. Os capitalistas financiam a educação por interesses próprios e não pelo aprendizado. Não é à toa que existem e são criados novos cursos apenas para o chamado "mercado de trabalho".

Um outro problema em algumas faculdades da Unesp e da Fatec é a reformulação da grade curricular dos cursos, o que os prejudica. Nesse semestre, tivemos esse problema na FATEC-SP. As direções das faculdades mudam a grade sem discutir com os alunos o que mostra que são autoritárias para aplicar as políticas determinadas pelos governos.

A reforma da educação favorece o ensino particular contra o ensino público. O Pró-uni, parte da reforma universitária tem esse objetivo. Os capitalistas enchem os bolsos de dinheiro público e o estado deixa de ser responsável pela educação pública.

A educação é um direito! Pelo fim dos vestibulares!

Todos os anos, milhões de jovens tentam entrar em universidades públicas. O vestibular é o instrumento que os exclui. O número de vagas oferecido é pouco. É inaceitável que a juventude não possa continuar os seus estudos. A educação pública é um direito negado. Pelo fim dos vestibulares! Vaga a todos e em todos os níveis de ensino!

Para conquistar o livre acesso, é preciso combater o ensino privado, que exclui a maioria, e instituir ensino público para todos em todos os níveis. Defender a estatização sem indenização de toda a rede privada, e colocá-la sob controle dos que estudam e trabalham.

Lutar por escola e emprego!

Uma parte da juventude não chega ao grau médio, pois precisa trabalhar para ajudar a família nas despesas de casa. A maioria está desempregada e sem perspectivas de vida. O desemprego não dá escolhas e uma parcela da juventude é empurrada para a violência, as drogas e a prostituição.

O desemprego é um problema que atinge a todos os jovens, inclusive os estudantes.

É preciso lutar por nenhum jovem sem escola e sem emprego, combinando os estudos com o trabalho.

Nossas propostas de resolução para a Educação:

Abaixo a reforma universitária que privatiza o ensino superior!

Não a privatização da educação pública!

Mais verbas para a educação!

Pelo fim dos vestibulares! Vagas a todos e em todos os níveis!

Nenhum jovem sem escola e emprego - 4 horas no trabalho e o restante na escola e lazer! Pelo ensino laico e científico!

A Universidade atual e a nova universidade

A universidade que temos hoje é a universidade de classe. É um instrumento manejado pela classe dominante, e serve a seus interesses. Para isso, a burguesia construiu nas universidades uma burocracia, a partir de uma casta de professores privilegiados com controle de verbas e poder, para que ela expresse os interesses do poder econômico e de seu governo, em oposição aos interesses dos que estudam e trabalham na universidade. É por isso que a estrutura de poder é autoritária, antidemocrática. Para servir como elemento de imposição da vontade da minoria exploradora. Sob as ordens da burguesia, a universidade não pode ser democrática. De nada adianta as propostas reformistas de ampliação da participação de estudantes e funcionários nos atuais organismos burocráticos (paridade), pois estes expressam o poder da burguesia sobre a universidade, através da burocracia, que se mantém no poder. Somente com o governo tripartite (dos três setores), apoiado nas assembleias universitárias (que têm voto universal e maioria estudantil) é possível democratizar de fato a universidade e obter a autonomia em relação à burguesia e seus governos.

A real democracia universitária não é neutra, coloca a universidade em oposição à burguesia e seus governos, e ao lado dos explorados. Sob o regime capitalista, ela é sempre transitória, porque está em contradição com a universidade de classe. Para efetivar definitivamente a democracia universitária, é preciso transformar a sociedade, arrancando o poder político e econômico da burguesia e passando-o aos explorados. Nesse processo, em unidade com o proletariado, os estudantes conseguirão impor o livre acesso à universidade, estatizando sem indenização toda a rede privada, e a entrada dos explorados na universidade permitirá acabar com a separação entre teoria e prática e, com o poder estudantil, por fim à universidade de classe e construirá uma nova universidade.

Rondônia:

Não se iludir com promessas eleitorais

É sempre a mesma ladainha cantada pelos catadores de voto em épocas que antecedem as eleições. Tão logo o governo PT/Lula começa a indicar que agora irá sair a migalha de aumento para os servidores federais, o prefeito PT/Roberto Sobrinho toma a mesma atitude diante do governo municipal em Porto Velho.

E o dinheiro do povo é investido em encontros caros que poderia ser investido em melhoria salarial para os trabalhadores municipais da educação. Para teatralizar a divulgação da migalha de aumento, organiza-se um seminário intitulado “**Política Pública Municipal para Formação de Profissionais da Educação**”, tematizando a educação como *afeto e interioridade*, sendo proferida pelo professor **Jorge Trevisol**, num dos espaços mais caros da capital – o Aquárium Selva Hotel.

Um encontro para demarcar interesses eleitorais, com temáticas de formação para educadores

Nesse encontro, Roberto Sobrinho

anunciou o “vantajoso aumento salarial”, que oferecerá de 50% de gratificação ao pessoal de apoio lotado em escolas do campo, 20% ao pessoal de 1ª série da Educação de Jovens e Adultos (Eja) e um terço de férias sobre os 45 dias para os professores; liberação de duas progressões de carreira e concessão de 10% de aumento para o magistério anunciando que levará à Câmara municipal para ser votado.

Para continuar o “ar” de “bom moço”, como se estivesse realizando “grandes coisas”, anuncia também a Construção do Centro de Formação da Educação e do Teatro Municipal, como se não fosse obrigação cuidar desses interesses e estivesse realizando favores com essas realizações. Os servidores da educação municipal precisam ser atendidos em suas necessidades vitais imediatas, pois não se põe pão na mesa do trabalhador com palavreados de promessas e realização de encontros em auditórios de hotéis de luxo com o dinheiro do povo e anunciando uma migalha de aumento salarial. Até mesmo a aparente vantagem de 50% para o pessoal que trabalha no campo, é preciso avaliar a misé-

ria de seus salários, o trabalho realizado e a sobrecarga que têm no dia a dia.

Neste encontro, os parlamentares do PT – Fátima Cleide, Nereu (deputado acusado na corrupção do parlamento estadual) e o vereador José Wildes, que se utilizaram do Sintero e da CUT como trampolim político, comparecem fritos pelos votos dos servidores da educação municipal.

Nada de migalhas

A Corrente Proletária da Educação chama a unidade de todos os trabalhadores da educação públicos municipais para defender a bandeira do salário mínimo vital para todos, que é de R\$ 2.500,00 para uma família de quatro pessoas, para atender as necessidades imediatas de todo trabalhador. Se os capitalistas dizem que não estão em condição de oferecer um salário que possibilite o trabalhador continuar vivendo é sinal que os parasitas precisam morrer e viver aqueles que produzem a riqueza do país.

Fortaleza-CE:

Boletim da Corrente Proletária na Educação

Prefeitura: 31 dias de greve - Só com a radicalização haverá avanços!

Sem o enfrentamento radicalizado a greve será derrotada!

Estamos há 31 dias de greve. A prefeita do PT Luizianne Lins não quer negociar com a categoria. Enviou a mensagem do reajuste de 3,63% para a Câmara de vereadores numa clara tentativa de empurrar a miserável reposição sem ouvir os professores que continuam de greve e querem negociar.

A prefeita prometeu 2 anuênios a serem implantados em agosto e fevereiro, o que é absolutamente insuficiente; diz não ter dinheiro para um reajuste efetivo que atenda nossas perdas, mas não explica como pode não ter dinheiro a Prefeitura que mais arrecadou na região nordeste em 2005.

Para derrotar a prefeita intransigente que ameaça os professores; que lança nota paga na TV contra o movimento e procura jogar pais e alunos contra os grevistas só há uma saída: radicalização. É preciso romper o cerco e superar a paralisia que a direção do movimento impõe à greve de se limitar à repetidas assembleias e zonais, que não tem levado à nada. Não podemos permitir o prolongamento indefinido da greve que nos levará à derrota como ocorreu na greve dos professores municipais de São Paulo. Desde a saída dos vários companheiros que ocupavam a Prefeitura a direção do Sindiute e alguns professores no co-

mando de greve tem insistido em que se pode derrotar a prefeita com a mera continuidade da paralisação sem radicalizar. Estão errados e este erro de orientação tática pode nos custar a derrota. É preciso antes de tudo organizar grandes bloqueios de Avenida, a exemplo da **13 de Maio com Avenida da universidade** como fizeram os estudantes em 2004 e os professores do Estado este ano; ocupar prédios públicos etc. Acender novamente a chama do movimento e arrancar os professores da letargia em que se encontram. Só assim será possível derrotar Luizianne. **Pela via do enfrentamento de massa!**

Balço das eleições de conselho de representantes Sinpeem

Em 26/05, ocorreram as eleições para Conselho de Representantes regionais do Sinpeem, período 2006/2008. Concorreram 419 candidatos distribuídos entre candidatos identificados com a direção majoritária (ex-PCdoB- agora PSB), e os agrupamentos menores que vêm combatendo o burocratismo da maioria dirigente.

O divisor de águas nesta eleição foi a greve ocorrida há dois meses atrás, quebrada pela maioria dirigente do sindicato, que aceitou 0% de reajuste e o pagamento dos dias parados, mediante a reposição. Com isso, uma parcela da classe assimilou a necessidade de uma direção de luta para o sindicato e identificou o comando de greve com essa idéia. Primeiro, porque ele impulsionou o movimento nas regiões, sem recursos e independente da diretoria; e segundo, porque defendeu a continuidade da greve de resistência contra o Projeto São Paulo é uma Escola e o arrocho salarial, impostos pelo governo PSDB/PFL.

Votaram 22.673 sócios. Dos 419 candidatos, 65 são suplentes. Os candidatos da chapa "Unidade das Oposições" foram os mais bem votados nas regiões. Mesmo assim, a ala burocrática majoritária, Compromisso e Luta, continuará dirigindo o Conselho de Representantes, pois ela conseguiu eleger dois terços de seus membros.

As disputas maiores ocorreram nas regiões Oeste, Sul e Leste, onde o índice grevista foi mais alto. A ala majoritária, mesmo tendo o controle de todo o processo eleitoral, não conseguiu esconder a insatisfação da classe. Nesta eleição, a fraude estava na pulverização dos candidatos de uma mesma subseleção em várias "áreas", onde seus nomes apareciam em apenas uma delas.

Mesmo assim, os candidatos da "Unidade das Oposições" foram os mais votados.

Em S. Mateus, os membros da chapa da Unidade ficaram entre os sete primeiros colocados. O PCdoB mostrou seu enfraquecimento. Mesmo tentando confundir os eleitores com cartazes distracionistas, se colocando como "candidatos da região", só elegeu um representante. Isso por conta de sua política nacional governista traidora. Em Sapopemba, o candidato do PCO não se reelegeu na região. Apesar de se colocar como opositor nas assembleias e manifestações, re-

velou a falta de trabalho de base e o oportunismo eleitoreiro dessa corrente.

Na Lapa/ Perus, dos 20 primeiros colocados, a chapa da Unidade obteve 16. A inexpressiva votação dos candidatos da corrente *O Trabalho* se deu por ser uma corrente interna ao PT traidor. A negação da LOI em compor o bloco da unidade como consequência natural dos comandos de greve, praticamente excluiu seus militantes do Conselho.

A política de oposição ao reformismo petista desenvolvida pelo POR sempre foi minoritária. Isso porque, no passado, a maioria dos agrupamentos que hoje está na oposição era petista. Combatia apenas o caudilhismo do presidente, que também era vereador pelo PCdoB. Esse oposicionismo ao burocratismo não conseguiu se construir como uma real oposição na classe, porque de fato não estava em oposição. Oposicionistas e burocracia eram aliados eleitorais e estavam unidos na estratégia de eleger o PT para presidência.

A eleição em 2004, do CRUE, revelou essa disputa aparelhista. A falsa proporcionalidade concedida pela maioria se deu sob pressão do PT/CUT e da política mais geral das alianças. Diante das reformas traidoras de Lula, desenvolveu-se uma crise no PT e houve um realinhamento das correntes. A ala minoritária vai para o PSOL, aguardando o mesmo procedimento da ala majoritária, que também estava em crise com o PCdoB. Enquanto isso, as duas alas compareceram unificadas perante a base. A minoria calou-se diante dos métodos burocráticos e chegou a compor tese única no congresso daquele ano. O bloco formado, que parecia opositor às reformas neoliberais, mantinha seu conteúdo reformista- eleitoralista. As críticas que desenvolveram ao governo Marta, bem como às reformas de Lula, não saíram do papel.

Essa unidade reformista fortaleceu a ala majoritária. Ela rompeu com o PCdoB e tornou-se mais burocrática e agressiva que o seu progenitor estalinista.

Praticamente expulsou as demais alas da direção, após a eleição fraudulenta do ano passado. Essa experiência foi traumática para as bases dessas correntes que além de se sentirem traídas pelo PT, não conseguiram combater o burocratismo dos

ex-estalinistas. Os independentes se quebraram. Os que restaram, nessa eleição, sequer concorreram. Os ex-petistas, PSOL e a ala esquerda do PT em crise, fragilizados, foram obrigados a recorrer aos agrupamentos menores e à política revolucionária que estão na base para sair do isolamento e combater o burocratismo.

O POR se unificou numa chapa com as correntes oposicionistas, excetuando o PCdoB/PT, por conta da greve que a categoria realizou e da necessidade de materializar uma oposição programática. Fez um balanço do erro cometido pela minoria formada por ex-petistas e propôs um programa claro de combate ao reformismo. O CITE (Coletivo Independente dos Trabalhadores em Educação), que é parte da crise das correntes, PSTU/PT, não compreendeu esse caráter. O fato de não compor a unidade das oposições com um programa claro de combate ao reformismo eleitoreiro dessas correntes reafirmou também alguns traços aparelhistas. Se esse agrupamento persistir em lutar apenas pela estrutura sindical, não conseguirá cumprir o papel de opositor à camarilha instalada no sindicato.

É preciso fazer um bom balanço eleitoral e caminhar no sentido de construir o movimento de oposição. A unidade das oposições com base na greve foi um primeiro passo. A tarefa de formar uma real oposição no Sinpeem não parte apenas da vontade de unificar agrupamentos. Parte da análise da realidade, da necessidade do combate à política reformista-eleitoralista impregnada nos sindicatos.

É preciso construir uma oposição baseada num programa de combate à exploração capitalista. Que aponte a conquista das reivindicações mais sentidas da classe, pelo método da ação direta (greves, etc), em contraposição ao sindicalismo colaboracionista baseado nas negociações de bastidores. Que defenda um sindicato de luta de classes, contraposto ao corporativismo e ao carreirismo parlamentar. Um sindicato submetido a luta pela construção de uma sociedade sem opressão, que aponte o fim da exploração capitalista.

Combater o aparelhismo e o carreirismo parlamentar implica fortalecer a fração revolucionária no Sinpeem para construir o sindicato democrático e de luta.

Metalúrgicos - ABC

A Volkswagen apresentou um violento plano de demissões. Mais uma vez os metalúrgicos estão diante da seguinte situação: ou organizam uma poderosa greve ou arcam com mais uma medida antioperária da multinacional. Eis a posição dos metalúrgicos do POR:

Resistir sempre, desistir jamais! Ocupar e resistir! Éo que devemos fazer se a Volks tentar demitir

Camaradas, o que está em jogo agora é o nosso emprego, e a nossa sobrevivência. Nesse momento, não pode existir medo ou individualismo. O que deve prevalecer é a unidade, é a disposição de todos para lutarmos e defendermos coletivamente nossos empregos e direitos. Sabemos que será uma luta dura e difícil, mas não impossível. A vitória dependerá de nós mesmos. Não podemos esquecer que, sem a nossa força de trabalho, não tem produção, não tem lucro. Portanto, a nossa única arma contra as demissões é a greve, é cruzarmos os braços por tempo indeterminado. Se a empresa insistir em demitir, temos de ocupar a fábrica e resistir. Não precisamos de patrões. Os patrões são parasitas que exploram nossa força de trabalho. Com menos de uma hora de nossa jornada os patrões pagam o nosso dia de trabalho, o resto tudo é lucro. Os patrões não pensam duas vezes para nos demitir, eles pensam apenas em seus lucros. Já passou da hora de darmos um basta nessa exploração. Chega de demissão, miséria e fome. Nenhuma demissão, emprego a todos. Não podemos aceitar que milhares de trabalhadores sejam demitidos, para que meia dúzia de acionistas continuem concentrando toda a riqueza que produzimos. Temos de pôr fim a essa história de que eles são donos e podem demitir. Nossa palavra de ordem deve ser: Nenhuma demissão, emprego a todos. Se a Volks insistir com seu plano de demissão temos de ocupar a fábrica e resistir. Isso significa o controle operário da produção pelos trabalhadores. Esta é a única forma de acabar com a exploração. Com os trabalhadores controlando a produção será possível implantar a redução da jornada sem redução de salário. Desta forma, não haverá demissão e todos terão seus empregos e salários garantidos. Chega de exploração.

Os trabalhadores não podem deixar-se enganar mais uma vez

Isso significa que os trabalhadores não podem aprovar nenhuma proposta

que a direção do sindicato apresente em assembleia, que não seja a redução da jornada sem redução de salário. Estamos fazendo esse alerta porque até agora a direção de nosso sindicato não falou em nenhum momento que a nossa reivindicação contra o plano de reestruturação da Volks deve ser a redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

Durante a paralisação que fizemos de 24 horas, juntamente com as plantas de Taubaté e Curitiba, na passeata o presidente de nosso sindicato Feijóo disse que o objetivo da manifestação era fazer a Volks rever o anúncio das demissões e que só depois a direção do sindicato poderia sentar para negociar com a empresa. A pergunta que fazemos é: Negociar o quê? Mais demissões, mais terceirizações, mais redução de salários e retirada de direitos?

Essa história nós já conhecemos. Em 1998, em acordo com a direção do sindicato, a Volks reduziu nossos salários em 15% e terceirizou milhares de postos de trabalho. Em 2001, não foi diferente, depois de dois dias de greve a direção de nosso sindicato negociou com a Volks um acordo que permitiu a empresa demitir 700 pais de família, manteve a redução de 15% em nossos salários e a terceirização das Alas 21, 3, parte da ala 5 e vários outros setores. Em 2003, o que aconteceu? Um novo acordo que permitiu a Volks mandar 1993 companheiros para o CFE, eliminando milhares de postos de trabalho. Perguntamos mais uma vez: Temos ou não razão em ficar preocupados quando o presidente de nosso sindicato Feijóo diz que poderá sentar para negociar com a empresa? Temos sim companheiros, pois, como vimos, os acordos negociados no passado pela direção de nosso sindicato e a empresa não serviram aos nossos interesses e sim aos da empresa.

Camaradas, como diz o ditado, gato escaldado tem medo de água fria. Portanto, temos de ter muito cuidado com o que o Feijóo vai negociar com a empresa. Até porque demissões e retirada de direitos não se negociam, se combatem.

Portanto, a direção de nosso sindicato deve organizar os trabalhadores para lutar até o final em defesa da redução da jornada sem redução de salário. Essa é a única reivindicação que interessa aos trabalhadores. Nenhuma outra.

Assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC para organizar a luta contra as demissões

A Volks, juntamente com as outras montadoras e auto-peças, todos os anos apresenta um novo plano de reestruturação produtiva (demissão, terceirização, redução de salários etc), para reduzir seus custos e aumentar seus lucros. O mais grave é que ano a ano os patrões estão conseguindo fazer sua reestruturação. A contradição é que, de um lado, os patrões estão conseguindo reduzir seus custos, aumentar seus lucros e, de outro, um número cada vez maior de trabalhadores está sendo condenado ao desemprego, à miséria e à fome.

Para reverter essa situação, nós trabalhadores temos de lutar através da ação direta, das greves, unificando todos os metalúrgicos do ABC em defesa de um outro plano, de uma outra proposta, que garanta realmente empregos, não só aos que estão trabalhando, mas também aos que estão desempregados.

Não podemos pensar apenas em manter nossos empregos, pois, certamente, todos nós temos alguém na família ou conhecemos alguém que está desempregado. Diante disso, porque então trabalhar-mos 8, 9 ou 10 horas por dia se milhões de irmãos trabalhadores estão desempregados? É exatamente por isso que, diante do plano da Volks em demitir e retirar direitos temos de lutar até o fim em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, que funciona da seguinte forma: ao invés da Volks demitir 3.672 trabalhadores como ela pretende fazer na planta Anchieta, faz-se o contrário, reduz-se a jor-

nada de trabalho para que todos tenham seus empregos garantidos, sem nenhuma redução de salário. O mesmo deve acontecer em Taubaté, Curitiba, na GM e em todas as fábricas que quiserem demitir. Como dissemos, não podemos pensar apenas em quem está empregado, portanto, a direção de nosso sindicato deve convocar uma assembléia geral de todos os trabalhadores empregados e desempregados do ABC para defender a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas as horas produzidas na região entre empregados e desempregados como única forma de acabar com o desemprego na região. O mesmo a CUT deve fazer em nível nacional. É claro que os patrões irão dizer que essa proposta é inaceitável. Nós dizemos: inaceitável é o desemprego, que condena os trabalhadores à miséria, à fome e à morte. É preciso unir os trabalhadores da Volks e os terceiros para combater as demissões, as terceirizações e a precarização de direitos.

As terceirizações feitas pela Volks nos

últimos anos em acordos com a direção de nosso sindicato têm sido uma das principais causas das demissões. Depois que a empresa terceiriza um setor ou ala, o patrão diz que existe excedente de trabalhadores e em seguida os demite. Foi exatamente isso que aconteceu depois que foram terceirizadas as alas 38, 18, 6, 21, 3, parte da ala 5 e vários outros setores. A unidade entre os trabalhadores da Volks e os terceiros é necessária, porque, se a Volks demitir, as outras empresas que prestam serviço como a PÉROLA, CDP, AVAPE, autopeças e outros setores também irão demitir. O número de trabalhadores demitidos, não só na Volks, mas em todos os setores e empresas nos últimos anos, mostram a gravidade do problema e a necessidade de combater as demissões. Em 1996, existiam na Volks 26 mil trabalhadores; hoje, existem menos de 12 mil. São 14 mil trabalhadores a menos em apenas 10 anos. Isso significa que a Volks fechou uma planta com 14 mil trabalhadores.

Com a chamada reestruturação pro-

ductiva, as montadoras e autopeças demitem, reduzem seus custos e contratam empresas terceiras que utilizam a mão-de-obra dos trabalhadores pagando salários de miséria, salários que não cobrem as despesas mínimas para sua sobrevivência e de suas famílias; é só ver quanto ganha um companheiro terceiro. Essas empresas nem mesmo pagam os encargos e direitos trabalhistas que constam na legislação burguesa, como DSR, insalubridade, seguro desemprego, aposentadoria, licença maternidade etc.

Portanto, existem várias razões que colocam a necessidade de uma luta unificada dos trabalhadores da Volks e os companheiros terceiros. A primeira delas é o combate às demissões, às terceirizações e à retirada de direitos que atingirão a todos. A segunda é a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Temos de defender emprego a todos e um salário mínimo vital. Um salário que cubra todas as despesas necessárias para uma família manter-se.

Judiciário/SP

Chega de enrolação. Exigir a reposição salarial já!

Já estamos no meio do ano e até agora a reposição salarial dos trabalhadores do judiciário não veio.

Depois de várias e prolongadas reuniões com os representantes das associações, o TJ fechou as portas dizendo que a categoria deveria esperar e em caso de novidade ele chamaria outra reunião. Até mesmo o reconhecimento de um índice das perdas o TJ se negou a fazer.

O governo usou a desculpa de que houve queda na arrecadação tributária para dizer que não tem dinheiro para reajustar os salários da categoria.

A aprovação da data-base (primeiro de março), anunciada pelas associações como vitória, foi simplesmente ignorada pela cúpula do Tribunal

Nenhum item constante dos vários ofícios protocolados há vários meses pelas "entidades representativas" foi atendido.

Na verdade, não havia negociação alguma. Todas as reuniões não passaram de uma farsa. Tudo não passou de enrolação. O TJ estava apenas procurando ganhar tempo para não ter de atender as reivindicações dos trabalhadores e manter os salários cada vez mais defasados (as perdas já passam de 40%, considerando-se apenas os dois últimos anos), as dívidas (FAM, Licenças-prêmio, férias atrasadas) ainda não foram pagas para a maioria, os auxílios alimentação, saúde, transporte, creche não valem mais nada, as punições (faltas

injustificadas, descontos, compensação etc.) continuam, os cargos vagos (mais de treze mil) ainda não foram preenchidos e as condições de trabalho continuam péssimas.

Ao mesmo tempo, com o apoio da fundação FGV/Consult, o TJ está aprofundando ainda mais sua política de ataque ao conjunto dos servidores. Política essa que se fundamenta na exploração cada vez maior da sobrecarga de trabalho, na extinção de tribunais e repartições, nos remanejamentos forçados, no corte de gratificações e benefícios, nos afastamentos, exonerações, nas terceirizações, na contratação de estagiários ganhando menos de um salário mínimo e sem vínculo empregatício etc.

Associações evitam organizar uma verdadeira campanha salarial

Desde o início do ano, estão dizendo que estão fazendo uma "campanha salarial conjunta do funcionalismo", mas não chamaram sequer uma reunião para discutir e aprovar coletivamente uma pauta de reivindicações. Limitaram-se a elaborar ofícios contendo alguns pontos mais sentidos pela classe e em seguida protocolaram os mesmos junto ao TJ. Depois passaram a participar servilmente de várias audiências a portas fechadas, que serviram apenas para criar expectativas e alimentar ilusões junto

aos servidores de que as reivindicações estavam sendo realmente negociadas. Porém, depois de vários meses enrolando, o TJ disse que não tem nada, que tudo dependia do Governador do Estado, evidenciando a farsa das negociações e o papel dos representantes das associações de colaboradores do tribunal e traidores da categoria.

Impor o atendimento das reivindicações e barrar os ataques do TJ com a luta coletiva

A experiência demonstrou que somente quando se sai do imobilismo e se passa por cima da política pelega, ilusória e conciliadora das associações é que se consegue impor ao TJ o atendimento de algumas reivindicações, mesmo que mínimas, como foi o caso dos pequenos reajustes salariais que se obtiveram nos últimos anos. Portanto, é preciso tomar nas próprias mãos a tarefa de organizar a campanha salarial em defesa das reivindicações.

Chega de jornadas estafantes de trabalho em troca de um salário miserável. Conquistar um salário que realmente atenda as necessidades. Chega de exploração!

Exigir a Assembléia Geral da categoria, amplamente convocada para que se possem decidir de conjunto os rumos da campanha salarial/06.

Nesta edição:

- “Nacionalização” de Evo é só um reajuste da capitalização
- A nacionalização do MAS é uma fraude !!
- A ALBA: revolução ou rebelião burguesa contra o imperialismo?

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



“Nacionalização” de Evo é só um reajuste da capitalização

Com bumbos e cornetas, e uma certa demonstração de força usando militares para posar na foto, Evo apareceu em Carapari anunciando que os combustíveis passavam “total e absolutamente” para as mãos do Estado, acatando a vontade dos bolivianos que pedem a nacionalização.

A fumaça levantada já se assentou e vemos com clareza que coisa é essa de “nacionalização”, e surge a crítica. Como todo governo burguês, o MAS conspira contra as massas escondendo o verdadeiro conteúdo da consigna de nacionalização que todos exigiam nas ruas e estradas

e agora o governo jogou na lama. A nacionalização aqui e em qualquer parte é expropriação total das empresas seus bens e direitos. Analisando seu decreto, podemos ver que o eixo das medidas do MAS é manter as multinacionais no país dizendo que agora prestarão um serviço, o que é simplesmente manter a capitalização tal como a idealizou originalmente Goni. A capitalização sobrevive, essa filosofia está vigente, estão nos vendendo gato por lebre. É uma enganação.

Agora, Evo convoca a todos para defender sua “nacionalização” pois, supostamen-

te, as multinacionais estariam conspirando. Com uma razão maior então corresponde expropriá-las e expulsá-las do país, porque são um perigo para a soberania nacional.

O decretinho de Evo não as neutraliza, mas as enfurece. Estão como uma fera ferida esperando a oportunidade para defender seu espaço até a morte. O governo de Evo, que tem medo de todos, não pode com elas. As massas bolivianas têm de passar por cima dessa falsa nacionalização e acabar com o perigo multinacional.

(Extraído do Massas Boliviano nº 1991 - 05/05/06)

A nacionalização do MAS é uma fraude !!

O decreto 28701 de nacionalização permite que as multinacionais continuem na Bolívia, para seguir convertendo o sangue e o suor dos bolivianos em montanhas de dólares para seus bolsos. Evo, o traidor, utilizou o nome de “nacionalização” em um decreto que diz que as multinacionais podem continuar no país, se se comportarem bem; respeitarem as leis e pagarem mais impostos. O governo, depois de sua “atrevida medida”, se colocará a negociar com as multinacionais as condições para que estas continuem a saqueando o país.

Já comentamos as limitações da suposta nacionalização do MAS, mas o fundamental do problema é que as relações de produção, ou seja, a forma como se produz, continuam sendo capitalistas, burguesas. Na sociedade capitalista, os donos (empresas multinacionais, empresários privados, banqueiros, latifundiários etc.) dos grandes meios de produção (combustíveis, minas, bancos, latifúndios, fábricas, meios de transporte etc.) são os que se apropriam das riquezas que os trabalhadores produzem socialmente no trabalho.

Eles são os que mandam, fazem as leis e controlam os governos. Neste caso, o imperialismo, a burguesia e seus servos. A “nacionalização” pela metade do MAS não muda a sociedade. A nós, explorados, interessa que essa riqueza chegue a nossos bolsos e isso não será possível no marco da sociedade capitalista. Para que os explorados, e toda a sociedade, possam utilizar os escassos recursos econômicos do país para encarar a tarefa de superar o atraso e atender às necessidades dos explorados, é necessário acabar com a propriedade privada burguesa, com a nativa e com a imperialista. Todos os meios de produção devem passar a ser propriedade coletiva, ou seja, de todos e de ninguém em particular. Isso é o socialismo e é a classe operária, que não é proprietária de nenhum meio de produção, quem deve conduzir a luta de todos os explorados para esse propósito instaurando o governo operário e camponês. As nacionalizações burguesas não mudam a estrutura da sociedade, preservam a propriedade privada e protegem as empresas imperialistas pagando indenizações e logo

depois permitindo que voltem ou, como agora, estabelecendo uma sociedade com elas para que permaneçam no país com o controle de nossos recursos estratégicos.

A farsa do MAS é asquerosa, definitivamente trata-se de dar uma segurança jurídica ao imperialismo para salvá-lo, confundindo as massas que, com muita força, se jogaram contra as multinacionais. Os explorados seguirão lutando pelo que entendem por nacionalização: a expulsão das multinacionais e seus cachos! Sem pagar indenizações.

Isso significa expropriar os meios de produção (minas, fábricas, combustíveis, latifúndios) que estão nas mãos das multinacionais e de seus servos, os burgueses vendidos (empresários bolivianos).

Destruir a propriedade privada burguesa, substituí-la pela propriedade social, tarefa que será cumprida pelo governo operário e camponês, pela ditadura proletária (ditadura dos explorados contra seus atuais exploradores).

(Extraído do Massas Boliviano nº 1992 - 12/05/06)

A ALBA: revolução ou rebelião burguesa contra o imperialismo?

Em meio a um impressionante aparato publicitário, em grandes concentrações populares – primeiro em Cuba e depois em Sinahota – foi promovida a ALBA e o TCP sobre a base do eixo Venezuela – Cuba e Bolívia. Seus promotores dizem que se trata de um projeto alternativo ao TLC (Tratado de Livre Comércio) norte-americano e que se diferencia dele porque não é puramente comercial mas sim que também tem um conteúdo de “solidariedade, cooperação e complementariedade econômica”.

Esforçam-se para apresentar o projeto como “rebelde e radical” em sua postura anti-norteamericana. Em Sinahota, Chávez e o vice-presidente cubano chegaram a sustentar que a ALBA se projeta para o socialismo e, em meio à grande confusão teórica e histórica, juntam no mesmo saco Bolívar, Sucre e Andrés de Santa Cruz (representantes do liberalismo burguês) com as figuras emblemáticas do socialismo científico.

Qual o conteúdo político dos protagonistas? A diferença é que enquanto Cuba, devido às circunstâncias históricas – no marco da guerra fria – é empurrada a transformar a grande propriedade privada em social e que, agora, estrangulada pelo bloqueio imperialista se vê obrigada a fazer concessões à economia de mercado - capitalismo - para sobreviver, a Venezuela e a Bolívia desenvolvem políticas francamente burguesas porque o eixo de suas economias está baseado no respeito à grande propriedade privada dos meios de produção. A Venezuela, um país enriquecido por sua produção hidrocarbonífera, busca aprofundar uma economia mista onde a iniciativa privada é defendida e protegida pelo Estado cuja base econômica é a propriedade privada. Nessa medida, está longe de ser considerada um Estado socialista ou muito menos.

O Estado boliviano é também capitalista e não mudará seu conteúdo de classe na futura consti-

tuíte. O governo boliviano, o mais atrevido que pôde fazer com sua chamada nacionalização dos hidrocarbonetos é converter o Estado boliviano em sócio das multinacionais imperialistas; assegura que a grande propriedade privada nas mãos das multinacionais e do miserável Estado burguês será respeitada ao extremo.

Esses são os protagonistas da ALBA e o que aparece como o grande investidor é o que tem mais dinheiro. A Venezuela ofereceu à Bolívia investir bilhões de dólares na exploração e industrialização de hidrocarbonetos, na mineração, na exploração de madeira, na compra de bônus do BCB para manter o equilíbrio fiscal etc., como o faria qualquer outro país capitalista: investir onde se pode tirar vantagens. Não cabe dúvida que, neste momento de preços altíssimos para os hidrocarbonetos e a mineração, o investimento nesses negócios é altamente rentável. Ademais, o serviço gratuito

dos médicos cubanos, a alfabetização massiva na Bolívia, os 4.000 universitários em Cuba etc., é o verniz solidário – que significa um grande sacrifício para um país pobre como Cuba – muito bem aproveitado politicamente por Chávez em sua megalomaniaca perspectiva de se converter em líder continental e por Evo Morales em sua campanha eleitoral rumo a constituinte.

De outro lado, a orientação que assumem abertamente Chávez e Evo Morales de um capitalismo de Estado ou um Estado de economia mista em extremo é uma resposta ao fracasso do neoliberalismo como remédio para a crise estrutural do sistema social. Desde o seio da própria Casa Branca surgem tendências que se orientam a que os estados dos países coloniais assumam a responsabilidade de voltar a retomar o controle de uma parte da economia (empresas estatais) garantindo o livre exercício da atividade privada. Buscam repetir a experiência de que as empresas estatais como a COMIBOL produzam em benefício das multinacionais e das empresas privadas nacionais. Esta é outra forma de salvar o sistema social de sua descomunal crise.

A ALBA é uma rebelião a partir do campo burguês contra um setor dominante do imperialismo (Bush). Qual sua projeção? Poderá se impor na América do Sul, arrastando aos outros países e converter o continente em um grande bloco antiimperialista, como sonha Chávez? Esse problema se define no marco da economia mundial, na preponderância do poder econômico imperialista em relação à pobreza dos países do continente, vítimas da pressão do imperialismo.

Por acaso nesse cenário devemos explicar a conduta de governos supostamente “esquerdistas” (Brasil, Argentina e Chile) que se limitam a observar de camarote o projeto venezuelano?

(extraído do Massas boliviano nº 1995, de 02/06/06)

MASAS 1995 2/06/06 Precio: Bs. 1 **P.O.R.**
Sección boliviana del CERCI
Órgano central del partido obrero revolucionario, sección del centro de trabajo por la reconstrucción de la TV 1.

EL GOBIERNO DEL MAS ES UN GOBIERNO DE IMPOSTORES.

Supuestamente "campesino", es una bolsa de pequeño-burgueses funcionarios de las ONG's, mercaderes del indigenismo, oportunistas ex izquierdistas y ex condeplistas, etc.

¡GOBIERNO OBRERO-CAMPESINO!

Se dice anti- neoliberal, pero coincide con él en que el capital financiero foráneo es la clave para la salvación del país.

¡FUERA EL IMPERIALISMO!

El gobierno de Evo ignora lo que es socialismo, es capitalista y pro-imperialista; su reformismo apenas alcanza a pedir un mejor trato por parte del imperialismo.

¡PROPIEDAD SOCIAL!

Nacionalización: farsa para explotar en sociedad con las transnacionales

¡FUERA LAS TRANSNACIONALES!

las riquezas naturales del país que irán a los bolsillos de las transnacionales y de sus "socios" los burgueses chupasangres, vendepatrias nativos.

Redistribución de tierras, una farsa para reafirmar el derecho propietario de los gamonales.

¡TODA LA TIERRA A LOS CAMPESINOS!

¡¡LA CONSTITUYENTE ES LA GRAN MAMADA!! No cambiará nada

EL REFERENDUM POR LAS AUTONOMÍAS DEPARTAMENTALES = TRINCHERAS PARA TERRATENIENTES Y TRANSNACIONALES.

¡¡ HACIA LA REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIASII

Capa do jornal Massas boliviano, com suas principais bandeiras